

Maria Leônia Chaves de Resende
Cristiano Lima Sales
Leonardo Cristian Rocha
Bráulio Magalhães Fonseca

Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real

Este artigo apresenta o mapeamento de sítios arqueológicos caracterizados pela presença da arte rupestre na região do Campo das Vertentes, Minas Gerais, tendo como eixo a rota da Estrada Real, onde a diversidade estilístico-cultural dessas manifestações é sugestiva da utilização de tais espaços como atrativo para roteiros turístico-culturais.

A antiquíssima amizade entre alma e pedra é fundamental para a história da humanidade. Uma é toda substância; outra, imaterial. A pedra guardou para a posteridade o registro das primeiras imagens da alma. A pintura rupestre e os artefatos líticos são a certidão de nascimento da imaginação.

Roberto Gambini¹

> Nas últimas décadas, os roteiros temáticos têm se tornado cada vez mais importantes para a atividade turístico-cultural. Essa modalidade, baseada na renovação do interesse do turista pela diversidade de manifestações culturais, desenvolve-se a partir de uma complexa teia de experiências vividas nos destinos, que os tornam únicos por implicar a combinação entre lazer e conhecimento.² Os itinerários turístico-culturais podem trazer inúmeros benefícios para as regiões que investem na atividade, uma vez que têm a capacidade de atrair visitantes, fomentando o seu desenvolvimento econômico e cultural.

Sintonizado com essa tendência global, o Brasil viu surgir, nas últimas décadas, diversas iniciativas que procuraram organizar ou mesmo criar um ambiente propício para o desenvolvimento do turismo cultural. O Estado de Minas Gerais é exemplo do crescimento dessa vertente, já contando, hoje, com a atuação de uma rede de circuitos turísticos apoiados por órgãos oficiais como a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur) e o Ministério do Turismo. Os organizadores desses circuitos procuram descobrir atrações potenciais e oferecer ao turista a oportunidade de conhecer um pouco da riqueza natural, histórica e cultural das suas diversas regiões.

Entretanto, como Minas Gerais tem um patrimônio histórico riquíssimo e relativamente bem preservado, outras riquezas, como as manifestações de arte e culturas pré-históricas,³ estavam preteridas nos itinerários culturais locais. Ilustra muito bem essa

situação a falta de uma política turístico-cultural voltada para o aproveitamento desse patrimônio, evidenciada na ausência de menções a sítios arqueológicos nos guias turísticos elaborados sobre Minas Gerais. Contudo, o Estado é referência em arqueologia, devido à presença significativa de sítios que motivaram uma verdadeira revisão na historiografia e nos estudos arqueológicos sobre a ocupação das Américas.⁴

Este ensaio expõe o mapeamento dos sítios arqueológicos caracterizados pela presença de arte rupestre na região do Campo das Vertentes (Centro-Oeste e Sul de Minas Gerais), tendo como eixo a rota turística da Estrada Real. Aqui tratamos da diversidade estilístico-cultural das manifestações rupestres locais, bem como atentamos para a gestão desses espaços e seu uso como atrativo para os roteiros turístico-culturais de Minas Gerais, levando em conta a possível ancestralidade indígena desse caminho.

Heranças pré-coloniais

A chegada do homem ao continente americano é um dos temas mais controvertidos da arqueologia. Divergências teóricas, metodológicas e mesmo políticas entre os diferentes grupos de cientistas que se dedicam à pesquisa da história pré-colonial americana contribuem para a falta de consenso e para as discrepâncias relativas às datações. Alguns estudos atribuem uma idade de mais de 50 mil anos a artefatos de origem supostamente antrópica achados em sítios americanos. No entanto, datações muito antigas, embora não de todo rejeitadas, são consideradas com cautela. Ainda assim, é aceitável a hipótese de que o homem já estava presente nas Américas há, no mínimo, 12 mil anos.

Da mesma maneira que nos outros continentes, também em solo americano o homem viveu relativamente muito tempo em grupos de caçadores-coletores. É comum,

em arqueologia, associar o surgimento da agricultura e do fabrico de artesanato especializado com uma fixação territorial gradualmente maior dos grupos humanos. As primeiras evidências conhecidas de domesticação de plantas surgem no planalto mexicano entre cerca de 7000 a 4000 a. C., apenas.⁵ Isso significa que durante a maior parte de sua existência nas Américas o homem viveu na itinerância, esquadrinhando o continente em busca de recursos que pudessem ser explorados. Nesse processo, pôde conhecer cada vez melhor a paisagem e foi, pouco a pouco, transformando-a em território, ou seja, passou a estabelecer marcos ou impressões culturais na natureza. As “picadas”, trilhas e “protocaminhos” abertos na vegetação, com grande investimento de tempo e esforço, estão entre as primeiras ações humanas impostas ao meio, constituindo estratégias indispensáveis de sobrevivência, facilitando a locomoção, o (re)conhecimento geográfico da paisagem, o acesso aos recursos e abrigos naturais e, posteriormente, ligando núcleos populacionais.

Os primeiros caminhos surgiram precisamente da experiência, que foi determinando a rota mais conveniente em função do tempo, custo e esforço necessários para percorrê-los.⁶ O estudo dessas antigas vias de comunicação reveste-se de interesse particular nas investigações arqueológicas, por se tratar de evidências que permitem reconstruir múltiplos aspectos relacionados com o desenvolvimento social e a interação cultural entre os grupos pretéritos. *Senderos*, caminhos e rotas são uma expressão das formas pelas quais os grupos humanos organizaram o espaço social a partir do geográfico, constituindo autênticos veículos para o intercâmbio. Por essas vias trafegavam pessoas que, por sua vez, eram portadoras de objetos e tradições, de bens e ideias, todos esses articuladores de processos históricos.⁷ Durante a fase de estabelecimento dos primeiros caminhos, observamos também o surgimento de outros marcos na paisagem – as manifestações de arte rupestre, expressões do universo simbólico e sociocultural daquelas sociedades.

A paisagem que viria a ser o Brasil foi igualmente explorada e transformou-se em território dinâmico de diversos grupos humanos ao longo do extenso período pré-colonial. Assim, quando da chegada do colonizador europeu em terras brasileiras, o nosso território já era profundamente conhecido por aquelas sociedades indígenas descendentes dos primeiros povoadores das Américas. Os grupos indígenas viviam aqui numa relação simbiótica com o meio, já transformado numa “paisagem antrópica”: misto de caracteres naturais e culturais. Ao conquistador europeu não restou alternativa que não recorrer ao conhecimento indígena para conseguir estabelecer-se no Novo Mundo. As trilhas traçadas pelos indígenas na paisagem desde os primórdios da ocupação territorial foram continuamente usadas até se transformarem, já no período colonial, em caminhos ou estradas “oficiais” usadas pelo colonizador para ligar vilas, arraiais e, enfim, cidades.⁸

Além de traços marcantes, como as trilhas que ajudaram a desenhar a geografia do Brasil, nossos ancestrais indígenas deixaram ainda uma riqueza mal compreendida na sua significação profunda. Da mesma maneira como ocorreu em todos os rincões do planeta, os grupos indígenas que viveram em território brasileiro também foram agentes do surgimento das primeiras manifestações caracteristicamente artísticas da nossa espécie. Ao explorarem a paisagem rupestre, que lhes oferecia alimento, abrigo e proteção, constituindo elemento fundamental na sua organização social e cosmológica, deixaram ali registros enigmáticos e encantadores do seu universo mental na forma de grafismos rupestres.

A arte rupestre

A expressão “arte rupestre” contempla o conjunto de inscrições – pinturas e gravuras – deixadas pelas populações pretéritas em suportes fixos de pedra, como paredões, rochedos ou abrigos. O termo “rupestre” deriva

do latim *rupes-is* (rochedo). Já a palavra “arte”, nesse contexto, faz referência ao caráter estético dos grafismos. Entretanto, os símbolos gravados nas rochas podem ter cumprido funções bem específicas, carregadas de outros sentidos no seio das sociedades que os executaram. Podem ter servido, por exemplo, como objetos de culto, veículos de propagação de uma ideologia ou de informações sobre o meio natural.⁹ Alguns autores chamam as figuras pintadas de “pictografias” e as gravuras, de “gravações” ou “petróglifos”.

Aceitava-se até pouco tempo a ideia de que a maioria das pinturas que vemos hoje nesses locais teria sido produzida com gorduras vegetais e/ou animais, acrescidas de pigmentos minerais; por exemplo, o manganês, que fornecia uma cor marrom escura; e óxidos de ferro, que proporcionavam diversos tons de vermelho e de amarelo.¹⁰ Entretanto, com a evolução das técnicas de análise físico-química de materiais arqueológicos, sabe-se hoje que as tintas usadas nas pinturas têm uma composição basicamente mineral, ou seja, apresentam muito raramente, e apenas em alguns casos, algum vestígio orgânico. Logo, aventam-se duas hipóteses: ou foram preparadas apenas a partir de substâncias de origem mineral ou o material orgânico (vegetal e animal) supostamente presente nessas tintas se perdeu definitivamente. Assim, a exata composição desses pigmentos que perduraram por milênios nos suportes rochosos ainda é um mistério a ser desvendado em novas pesquisas.

As gravuras ocorrem sobre as formas de picoteamento (descamação de finas lâminas da rocha com objetos mais duros, resultando em um baixo-relevo mais claro que a rocha original, o que deixa as figuras bem visíveis) e discretas incisões e raspagens, às vezes pouco reconhecíveis nos paredões. Na arqueologia, os conjuntos rupestres recebem nomes variados. Aqueles que pertencem a um mesmo (e extenso) período e apresentam um traço distintivo (uma

temática recorrente, por exemplo) são agrupados numa “tradição”. Dentro de uma mesma tradição, conjuntos que apresentam características peculiares na temática e nas técnicas de elaboração são chamados “fácies”, quando correspondem a uma região específica, ou “estilos”, quando ocorrem durante um período restrito num mesmo lugar, sucessivamente.¹¹

Gabriela Martin, estudiosa das tradições rupestres do Nordeste brasileiro, ressalta, com pertinência, a complexidade do mundo pictórico do Brasil pré-colonial e as dificuldades em apreendê-lo e subdividi-lo didaticamente. No entanto, de modo geral, ainda é adotada, no Brasil, uma perspectiva estruturalista, herdada das metodologias empregadas nos primeiros estudos arqueológicos sistemáticos desenvolvidos no país a partir década de 1970.¹² Capitaneadas por nomes como Annette Laming-Emperaire, André Prous e Niède Guidon, as pesquisas da Missão Francesa procuraram mapear os conjuntos rupestres brasileiros observando e comparando as regularidades e singularidades entre os painéis.

Buscava-se, por exemplo, identificar as “relações sintáticas” entre os grafismos – cor, posição no suporte e/ou no sítio – com o auxílio de gráficos estatísticos e tabelas tipológicas. As tipologias desempenhavam um papel destacado nos estudos estruturalistas da arte rupestre na medida em que possibilitavam um inventário das figuras disponíveis ao uso e combinação de temas pelos artistas rupestres.¹³

Pressupunha-se que, por meio da análise do caráter estético ou formal das figuras rupestres, seria possível, por exemplo, hipotetizar as rotas de migração dos diversos grupos que as produziram, bem como os contatos ou sobreposições culturais, evidenciados na semelhança e/ou contraste estilístico dos grafismos.



Painel da “Toca do Índio”, Andrelândia, MG. Fotografia de J. R. Vitral, 2009. Arquivo particular.

Com base nessa matriz teórico-metodológica, André Prous propôs uma caracterização da arte rupestre brasileira – publicada na obra clássica *Arqueologia brasileira*, de 1992 – que, ainda hoje, norteia as pesquisas sobre o tema. Do sul para o norte, Prous descreveu, até o momento, nove “tradições” (Meridional, Litorânea, Catarinense, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco e Complexo Amazônico), cada qual com suas variações internas, algumas das quais aparecendo concomitantemente nos mesmos sítios.¹⁴

Madu Gaspar concorda que esse “mapa” preparado por Prous “fornece uma boa ideia da distribuição espacial das várias tradições de arte rupestre no território brasileiro”, destacando o fato de que “muitas regiões ainda não foram alvo de pesquisas sistemáticas, o que permite supor que as manifestações rupestres sejam muito mais diversificadas e fascinantes do que se imagina”.¹⁵

Devido justamente ao avanço das pesquisas (tanto sobre sítios já estudados quando sobre aqueles

recém-descobertos) e à adoção de novas metodologias e pressupostos teóricos, reconhece-se, hoje, a necessidade de revisar o mapa clássico das tradições rupestres brasileiras. Diversos arqueólogos têm-se empenhado nessa tarefa, e das promissoras pesquisas contemporâneas, em franca ebulição, deve resultar um panorama bem mais completo e bastante ilustrativo da complexidade cultural desse período pré-colonial brasileiro.¹⁶

Minas pré-colonial

Minas Gerais destaca-se no cenário arqueológico brasileiro e americano. Ainda no século XIX áreas do Estado foram exploradas pelo dinamarquês Peter Wilhem Lund, mundialmente conhecido por suas descobertas na região de Lagoa Santa. A partir de achados em grutas calcárias da região, Lund cogitou a possibilidade de coexistência entre homem e megafauna na América do Sul, em uma época em que isso era inimaginável. Após Lund, somente em meados do século XX pesquisadores voltaram a trabalhar na região. Com a Missão Franco-brasileira, a partir de 1971, as pesquisas ganharam sistematização e continuidade.¹⁷

Os sítios arqueológicos mineiros aquecem as discussões sobre a antiguidade do homem na América. Achados de fósseis não mongoloides de mais de 12 mil anos no Centro-Norte de Minas (região Central do Brasil) vão de encontro à “teoria clássica”, que só admitia a presença de seres humanos na América do Sul por volta de nove mil anos A. P.¹⁸ Os primeiros habitantes de Minas Gerais teriam vindo do Nordeste brasileiro, no auge de um período seco e frio, deslocando-se em pequenos grupos. A presença humana na região de Lagoa Santa é confirmada entre 11 e 12 mil anos, datação que deu novo fôlego à ideia de que os primeiros habitantes do sul do continente americano

teriam convivido com a megafauna pleistocênica (hipótese já aventada por Lund).

O estudo desses vestígios se completa com o achado, em 1975, do crânio e outros ossos do corpo de “Luzia”, uma mulher “negroide”, considerada um dos mais antigos fósseis humanos das Américas, escavado no sítio da Lapa Vermelha, em Santana do Riacho (Centro de Minas). A intensa polêmica em torno de Luzia no meio científico conferiu grande importância a esse achado no contexto da arqueologia mundial. Atualmente os ossos de Luzia estão no Museu Nacional do Rio de Janeiro e continuam estimulando novos estudos e teorizações sobre o processo migratório do homem para a América, como os desenvolvidos por Walter Alves Neves e sua equipe.¹⁹

O que se sabe sobre o “homem americano” de antes de dez mil anos atrás é que ele teria uma morfologia mais próxima dos negroides que dos mongoloides (ancestrais atestados dos índios atuais). Há achados de indivíduos semelhantes ao “povo de Lagoa Santa” em outras regiões do Brasil e da América do Sul, como o Estado da Bahia e a Colômbia. Muito se especula se essa “raça negroide” teria sido extinta, havendo hipóteses de uma persistência racial isolada, de “derrota” por assimilação genética frente aos mongóis ou mesmo de dizimação através de combate físico. O fato é que essa primeira vaga humana que iniciou a exploração e ocupação territorial em Minas, e que já utilizava os abrigos naturais nas rochas para se proteger e enterrar seus mortos, cedeu espaço a novos grupos humanos de compleição mongoloide que penetraram e dominaram, pouco a pouco, a região. Esse processo, segundo evidências arqueológicas, teve início há aproximadamente oito mil anos, quando começaram a ocorrer transformações culturais na relação dos homens com o meio.²⁰

Esse segundo grande grupo humano, o mongoloide, ainda era eminentemente seminômade, dependendo da caça



Grafismos de São Thomé das Letras, MG. Fotografia de Cristiano L. Sales, 2010. Acervo particular.

e da coleta para sobreviver. No entanto, adaptando-se bem ao ambiente, pôde crescer e, apesar de conservar características em comum, diversificou-se. Enquanto davam continuidade ao processo de povoamento e ocupação do território, já marcado pelas trilhas dos primeiros habitantes, inovaram, ao (re)inventar o hábito de deixar símbolos gravados nas pedras por onde passaram. Essa prática só deixaria de ser cumprida cerca de dois mil anos atrás, quando uma nova e decisiva transformação cultural – a introdução da agricultura no

cabedal dos recursos utilizados para a sobrevivência – vai, em certa medida, afastar o homem da pedra, deslocá-lo das regiões serranas para os vales fluviais, em busca de solo fértil propício ao desenvolvimento da atividade agrícola. Assim, o intervalo de tempo entre oito e dois mil anos atrás é considerado “o grande período da arte rupestre” em Minas Gerais,²¹ pois é nessa fase que afloram as mais variadas expressões dessa atividade, embora existam datações mais antigas para pinturas presentes em território mineiro.

De acordo com a caracterização clássica proposta por André Prous,²² há, em terras mineiras, um predomínio dos grafismos da Tradição Planalto, identificada pela presença quantitativamente marcante de representações zoomórficas (sobretudo de cervídeos), na cor vermelha. A maior ocorrência de grafismos Planalto corresponde aos cerrados e às regiões serranas do Centro-Norte de Minas Gerais (Lagoa Santa, Serra do Cipó, Alto Jequitinhonha, Serra do Cabral, Montes Claros), onde suas figuras são sempre as mais antigas, tendo seu início datado em, pelo menos, sete mil anos A.P.²³ A Tradição Planalto apresenta diversos estilos e fácies. Podemos citar, por exemplo, a Fácies Samambaia, que engloba representações esquematizadas, simples e chapadas, de pequenos quadrúpedes vermelhos, frequentemente formando tríades; e as figuras pretas do Estilo Vargem da Pedra – animais de corpo alongado, preenchido por traços, com pernas finas e compridas, e extremidades bifurcadas –, confundidas durante muito tempo com depredações recentes em carvão.²⁴

Minas abriga também sítios da Tradição São Francisco, que aparece, sobretudo, no vale do rio homônimo, caracterizada pela abundância de grafismos geométricos abstratos, superando amplamente as representações antrozoomórficas. A Fácies Caboclo, inserida na tradição são-franciscana, chama a atenção pelos maravilhosos conjuntos de figuras, cobrindo amplas superfícies nos suportes, formando espécies de redes policrômicas.²⁵ A Tradição Nordeste, definida no Piauí por N. Guidon, aparece em poucos sítios da região Central de Minas (Lagoa Santa), na forma peculiar denominada Fácies Ballet, com suas representações de figuras humanas lineares, com “cabeças de pássaros” e braços erguidos, dando a sensação de movimento. Os desenhos Ballet sobrepõem-se aos grafismos da Tradição Planalto, indicando tratar-se de uma manifestação tardia. A Tradição Agreste, caracterizada por pássaros e grandes antropomórficos estáticos

grosseiramente desenhados, aparece em raros sítios mineiros e, do mesmo modo que as pinturas das tradições São Francisco e Nordeste, parecem ser muito mais recentes que as da Tradição Planalto.

Como já dissemos, apesar da continuidade das pesquisas sobre arte rupestre em Minas, ainda há muito por fazer. Os estudos, por vezes, concentraram-se no Centro-Norte mineiro – interesse justificado pela importância e abundância dos sítios presentes nessas regiões –, mas os vestígios rupestres aparecem em praticamente todas as áreas do Estado e um estudo mais amplo pode ajudar a entender melhor a dispersão dos grupos culturais que os produziram.

Marcas ancestrais na Estrada Real

Há alguns anos, chamam nossa atenção os relatos sobre a existência de diversos sítios com pinturas rupestres em localidades da região do Campo das Vertentes (Centro-Oeste e Sul de Minas). Esses relatos acabaram originando visitas orientadas, pesquisas informais e até monografias descritivas de alguns sítios, executadas por docentes e acadêmicos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).²⁶ Reconheceu-se, a partir daí, a necessidade de um trabalho de sistematização e relacionamento que possibilitasse uma análise global dos achados e sua inserção na cronoestilística geral de Minas Gerais. Com esse propósito, realizamos um trabalho de “cartografia” dos sítios com arte rupestre nas cidades de São João del-Rei, Carrancas, São Thomé das Letras e Andrelândia, no qual procuramos identificar e apresentar as características estilísticas dos grafismos, bem como observar o estado de conservação, gestão e uso dos espaços dos sítios arqueológicos.

Nessa pesquisa adotou-se como referência o entorno da Estrada Real, mais especificamente do trecho conhecido como Caminho Velho, que, no período



Detalhe de desenhos “astronômicos” na “Toca do Índio”, Andrelândia, MG. Fotografia de J. R. Vitral, 2009. Arquivo particular.

colonial, ligava Parati – litoral sul do Rio de Janeiro – a Ouro Preto – região Central de Minas Gerais. Esse caminho tem sido redescoberto e revalorizado como importante rota turística, a exemplo do que vem ocorrendo com os *senderos* e *caminos antiguos* em todo o cenário turístico americano.²⁷ No entanto, são ainda raros os guias que relacionam a Estrada Real às trilhas e caminhos indígenas ancestrais, a despeito de esse fato não ser novidade no meio acadêmico. Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Antonio

Robert Moraes e Renato Pinto Venâncio estão entre os autores que afirmam ser a Estrada Real uma “rota indígena milenar”, não propriamente construída, mas sim conquistada pelo colonizador.²⁸ Venâncio cita pesquisa arqueológica desenvolvida pela equipe de Maria da Conceição Beltrão²⁹ que defende a ocupação humana no trecho da Estrada Real conhecido como Caminho Novo (entre Vila Rica, atual Ouro Preto, e o Rio de Janeiro) há cerca de dez mil anos A. P., como desdobramento de um eixo inicial de povoamento

pré-histórico, que, originário dos Andes e/ou da Amazônia, teria desembocado no Sudeste brasileiro e alcançado o litoral atlântico. Venâncio recorre ainda ao conceito de “longa duração”, desenvolvido por L. Febvre³⁰ e, especialmente, por F. Braudel,³¹ e ao diálogo entre Maria Beltrão e Capistrano de Abreu³² para ressaltar que não só a malha viária, mas também os pontos de assentamento indígenas constituíram “estruturas pré-coloniais usurpadas” pelos conquistadores no processo de interiorização, originando tanto o “eixo fundamental de ligação entre o litoral e a região aurífera”, como os primeiros povoados do Brasil colônia.³³

Tendo em vista essa noção de longa duração, por meio de pesquisas de campo na rota já existente da Estrada Real, buscamos marcas remotas deixadas pelos nossos antepassados indígenas nas proximidades do Caminho Velho dentro das fronteiras de Minas e pudemos constatar a diversidade das manifestações rupestres na região do Campo das Vertentes. Em Andrelândia, município mais ao sul por nós visitado, identificou-se a presença predominante de tradição geométrica relacionada, segundo André Prous,³⁴ ao complexo estilístico da Tradição São Francisco, descoberta e, até pouco tempo atrás, pensada como circunscrita ao alto vale do Rio São Francisco (Norte de Minas). A presença da Tradição São Francisco em Andrelândia, por si só, gerou uma questão curiosa quanto à distribuição geográfica das manifestações rupestres em Minas e sugeriu a existência de relações culturais e/ou processos migratórios empreendidos entre populações indígenas do Norte e do Sul do Estado.

O maior sítio arqueológico encontrado dentro dos limites de Andrelândia situa-se na chamada Serra de Santo Antônio, porção da Serra do Turvo, que por sua vez constitui um braço da Mantiqueira. A Toca do Índio – nome dado ao sítio – constitui um paredão rochoso com aproximadamente 60 metros de largura coberto por pinturas de motivos geométricos típicos da tradição

são-franciscana. Os desenhos, isolados ou sobrepostos (evidenciando o fato de terem sido executados em diferentes momentos), formam um painel policrômico no qual aparecem pigmentos vermelhos, amarelos, brancos e azulados. Algumas das pinturas poderiam ser classificadas como grafismos de uma “Tradição Astronômica” ainda pouco considerada cientificamente no país. No paredão, aparecem também alguns raros desenhos zoomórficos periféricos, sempre em vermelho.

Além da Toca do Índio, Andrelândia guarda vários outros pequenos sítios ao longo da Serra do Turvo, todos com pinturas e gravuras geométricas dominando os painéis. Entretanto, Andrelândia não é o único município do Sul de Minas onde aparecem indícios da Tradição São Francisco. A noroeste da cidade, cruzando o Caminho Velho, encontramos um pequeno sítio em Carrancas no qual as pinturas evidenciam o mesmo traço geométrico característico dessa tradição. Há também, segundo informações colhidas entre os conselheiros do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA) de Andrelândia, presença de manifestações são-franciscanas no município de Nazareno, cortado pelo Caminho Velho, ao norte de Carrancas. Dessa maneira, partindo de Andrelândia, os sítios atribuíveis à Tradição São Francisco, na região visitada, descreveriam um arco no sentido noroeste-norte, dominando o centro desse trecho sul da Estrada Real.

A Tradição São Francisco, aparentemente, se faz presente ainda entre os grafismos identificados na cidade de São Thomé das Letras, a sudoeste, também cortada pelo Caminho Velho.³⁵ Ali as pinturas aparecem bastante dispersas pela Serra de Itaguatiara (Serra de São Thomé) em diversos pequenos painéis. Doze sítios já foram identificados por graduandos da UFSJ envolvidos no Projeto Itaguatiara,³⁶ sendo que apenas cinco deles já se encontram registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A caracterização



Pinturas geométricas em Carrancas, MG. Fotografia de Natanael Andrade, 2008. Arquivo particular.

ou filiação estilística dos sítios do município é um desafio, tanto pela variedade de elementos de tradições certamente diferentes, ou ainda não descritas encontrados juntos, quanto pelo alto grau de depredação das pinturas. São abundantes as representações de bastonetes, “pentas”, pontilhados, sinais gráficos e geométricos indefiníveis, a grande maioria em vermelho. Um exemplo raro de bicromia é a série de bastonetes vermelhos e amarelos que aparece em um dos sítios às margens da cachoeira de Shangrilá.

Encravada no centro da cidade, encontra-se a Toca do Leão – abrigo que guarda grafismos, “manchas” e uma representação danificada, mas nítida, de quadrúpede (possivelmente um felino) em vermelho, que remete à Tradição Planalto. Assim, devido à diversidade de representações, São Thomé das Letras pode ter sido uma região de intensos contatos, de domínio sucessivo de diferentes grupos ou, ainda, de transformações culturais. A datação das pinturas poderia esclarecer muitos aspectos relativos à etno-história local. Esse, no

entanto, é um procedimento dispendioso, dificultado ainda pelos intensos processos de degradação a que os sítios arqueológicos do município têm sido submetidos.

Em São João del-Rei, a leste do Caminho Velho (divisa com Nazareno), as serras do Lenheiro, a sudeste, e São José, a nordeste, destacam-se como as principais referências fisiográficas. Os quartzitos da Serra do Lenheiro fazem parte da chamada Formação Tiradentes, constituindo, também, uma parcela da Mantiqueira. Na Serra do Lenheiro descobriu-se um sítio rupestre cuja composição das cenas combina a presença de seres zoomorfos e antropomorfos (uma “família” de seres humanos esquematizados), com bastonetes e pontilhados, todos em vermelho.³⁷ Já se afirmou que “a presença dominante do ‘mitograma’ cervídeo não deixa dúvidas de que esse cenário é mais um exemplar da Tradição Planalto”.³⁸ Contudo, seguindo a tendência recente de revisão estilística das tradições rupestres no país, está claro que essa ideia inicial acerca do Sítio do Lenheiro precisa ser revista. A morfologia dos grafismos se aproxima de algumas expressões peculiares (fácie samambaia?) atribuídas à Tradição Planalto. Entretanto, os desenhos são mais esquematizados que os característicos dessa tradição, podendo constituir uma derivação local desta ou até mesmo algo inédito, ainda não descrito. Além disso, o sítio é pequeno e isolado (ainda não se descobriram outros painéis nas proximidades), fato que dificulta o estabelecimento de relações de comparação e inserção estilística regional. Logo, sua filiação cultural só deverá ser proposta com segurança com a evolução da pesquisa.

A datação das pinturas do Lenheiro deixa ainda a desejar. No entanto, “a elaboração da composição sugere ser do Holoceno Médio, estimado entre oito e dois mil AP”,³⁹ isso na hipótese de se aceitar um parentesco e um sincronismo entre a execução dessas pinturas e as manifestações da Tradição Planalto já datadas em outras áreas do Estado de Minas.

Estrada Real: uma rota pré-cabralina?

Uma análise do trajeto da Estrada Real de norte para sul mostra que o ponto de partida é a Serra do Espinhaço Meridional (SdEM), nas proximidades do município de Diamantina. Ao se observar o roteiro da Estrada Real, fica nítido que o caminho percorrido pelos povos pré-cabralinos passava prioritariamente por locais de relevo menos escarpado, ou seja, menos íngreme. Ao descrever a SdEM, Saadi⁴⁰ afirma que as altitudes médias da região estariam em torno de 1200m, com predominância de rochas quartzíticas. Essas formas de relevo da serra são resultantes da esculturação promovida pela dinâmica fluvial. Assim, encontram-se predominantemente morfologias marcadas por cristas, escarpas e vales profundos adaptados às direções tectônicas e estruturais. Além disso, evidenciam-se áreas deprimidas, como a depressão de Gouveia, onde afloram as rochas graníticas, metassedimentares e metavulcânicas sustentando as morfologias de colinas.⁴¹

Para Augustin,⁴² o relevo da SdEM está em patamares e teria, portanto, se desenvolvido pela atuação de condições climáticas favoráveis à elaboração cíclica, porém com um grande controle da erosão diferencial:⁴³ o mais baixo, de 700m a 900m, típico dos fundos de vales atuais; o segundo, de 900m a 1100m, nos domínios dos granito-gnáisses; o terceiro, de 1100m a 1200m; e um quarto patamar, entre 1200m e 1400m.

Pela observação do relevo, o caminho mais fácil de ser percorrido seria pelo vale do Rio Jequitinhonha, passando pelas depressões⁴⁴ de Gouveia, Datas e Presidente Kubistchek, que são os locais de relevos mais suaves, menos íngremes (de melhor acesso) e com redes de drenagens bem desenvolvidas. É importante ressaltar que esse trajeto feito pelas superfícies mais rebaixadas tinha sempre como ponto de referência os relevos mais íngremes, ou seja, as serras, já que os percursos se encontram mais próximos das escarpas quando



Detalhes de figuras antropomórficas na Serra do Lenheiro, São João del-Rei, MG. Fotografia de Cristiano L. Sales, 2008. Arquivo particular.

comparados com os fundos de vales. Além disso, pode-se constatar que a maioria dos sítios e abrigos se encontra em locais mais elevados ao longo dos afloramentos rochosos. As possíveis explicações para este fato podem ser:

- proteção contra as intempéries e até mesmo animais;
- melhor visualização da área para delimitação do trajeto.

A partir do Vale do Jequitinhonha, o trajeto passa pelo leito do Rio Santo Antônio, na altura das cidades de

Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Bom Jesus do Amparo até alcançar a cidade de Outro Preto, onde a partir desse ponto há uma bifurcação para leste (Caminho Novo) e oeste (Caminho Velho).

O relevo do Quadrilátero Ferrífero é formado por rochas quartzíticas e por crostas ferruginosas que são mais resistentes à erosão. A morfologia dessa área é marcada por um alinhamento de serras, cristas e picos com altitudes que variam de 1200m a 2000m.

No interior do Quadrilátero Ferrífero, na região conhecida como Bação, o relevo apresenta uma topografia mais rebaixada em cotas variando de 800m a 900m de altitude, caracterizando-se como área de depressão, muito semelhante à de Gouveia, anteriormente citada.

No Caminho Novo o relevo é um pouco mais acidentado, sendo cortado pelo Vale do Rio Conceição, nas proximidades da Serra do Caraça. Esse percurso segue até o topo dessa serra e, como se trata de um grande escarpamento, é interrompido e volta à rota original, margeando a Serra do Caraça. Ao atravessar o Vale do Rio Gualaxo do Sul, os relevos voltam a ficar íngremes entre Ouro Branco e Ouro Preto, até que, após esse trecho, o relevo se suaviza e atravessa o Vale do Rio Paraibuna. Já no Caminho Velho o relevo é mais suave, com cotas altimétricas mais elevadas apenas na região de Carrancas. Após esse trecho, o relevo se suaviza e volta a ser mais íngreme no final do caminho, na Serra da Mantiqueira.

Ao se analisar do ponto de vista geográfico, a Estrada Real está circunscrita no entorno da Serra do Espinhaço, desde Diamantina até Caeté, seguindo pelos vales até alcançar o Quadrilátero Ferrífero na altura de Ouro Preto, onde, a partir desse ponto, há uma bifurcação para leste (Caminho Novo) e oeste (Caminho Velho). Salta aos olhos que a ocupação ao longo da Estrada Real, quando sobrepomos essa rota aos sítios arqueológicos e cavidades naturais com presença de arte rupestre, indica claramente que o percurso da Estrada Real foi concebido no período pré-cabralino. É fundamental reconhecer que a Estrada Real como caminho, rota, trajeto é antes de quaisquer apropriações, seja no período colonial seja no contemporâneo, um marco vincado na experiência dos povos indígenas, que construíram de fato esse caminho. Essa rota é visivelmente aquela que, levando em conta o relevo, seria a mais viável de ser percorrida, favorecida pelos

escarpamentos das serras, tomados como pontos de referência, pelo menor gasto de energia física e pela disponibilidade da água nos vales – cenário geográfico em que, dificilmente, seria possível a escolha de outra rota que não a da Estrada Real. Se pudermos considerar a construção da Estrada Real como um feito histórico, esse só pode ser um legado dos povos nativos pré-coloniais.

Arte rupestre e turismo

Durante a realização de nossa pesquisa, a preocupação inicial com a situação de risco a que estão expostos os sítios arqueológicos mostrou-se pertinente, sobretudo neste momento em que a arte rupestre tem sido incluída deliberadamente como atração turística na região pesquisada.

Os painéis de arte rupestre que vemos hoje são apenas parte do que foi construído originalmente pelos grupos humanos pretéritos. Diversos agentes naturais (chuva, sol, vento) e a própria ação antrópica provocaram uma gradual e inevitável perda de conjuntos de grafismos. Para Ane-Marie Pessis, vê-los ainda hoje é um privilégio:

[...] o trabalho do arqueólogo é recuperar esse produto gráfico final [...] e reconstruir o perfil cultural dos grupos que foram os autores. As temáticas escolhidas para reproduzir as cenas da vida cotidiana e cerimonial são a expressão do que realmente eram seus interesses. São milhares de figuras identificadas que fazem possível a construção da história da pré-história.⁴⁵

Os estudos científicos e a atividade turística empreendidos a partir dos painéis de arte rupestre não são incompatíveis, desde que esse patrimônio seja protegido para subsistir de acordo com as condições necessárias para sua conservação. Só assim esses sítios poderão continuar

gerando conhecimento, bem como despertando a admiração do turista que se depara com mensagens deixadas propositalmente na pedra pelos nossos ancestrais.

Durante as visitas de campo, percebemos distintas situações referentes ao estado dos sítios. Alguns, embora parcialmente protegidos, sofreram intervenção nas camadas sedimentares da sua base (elemento fundamental para a pesquisa arqueológica). Não houve preocupação de evitar impactos à totalidade do sítio arqueológico. Outros sítios, ainda que depositários de importante patrimônio arqueológico, são tratados com descaso absoluto. Para além de seu caráter histórico, as pinturas rupestres são patrimônio da humanidade, protegido por lei e, nesse sentido, estamos diante do desafio de reverter a situação de depredação a que estão submetidos os painéis de arte rupestre. Os sítios onde elas ocorrem têm sofrido impactos de toda ordem, desde os naturais (intemperismo, erosão, ação de insetos, fungos e líquens) até (e principalmente) depredação antrópica – raspagem dos grafismos; sobreposição com pichações em *spray*, tinta a óleo, giz, carvão e outros materiais; retirada de lascas ou mesmo de grandes superfícies pintadas dos painéis, entre outros. Devemos destacar a degradação ambiental imposta pela mineração, atividade que tem provocado uma perda irreversível e crescente de áreas com sítios arqueológicos (muitos ainda sequer pesquisados) na Serra de Itaguatiara.

Há de se ressaltar, contudo, iniciativas importantes como as do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), uma ONG criada por membros da comunidade, voltada para a proteção do patrimônio natural e cultural da cidade de Andrelândia. O NPA adquiriu a área onde se localiza a Toca do Índio, maior sítio arqueológico atribuído à Tradição São Francisco já identificado no Sul de Minas. Em 2001 o terreno foi transformado em Parque Arqueológico/Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), ganhando o *status* de Unidade de Conservação Federal.

O entorno do sítio arqueológico ganhou projetos de reflorestamento, infraestrutura e programas de recepção orientada aos turistas, que incluem sinalização das trilhas e estabelecimento de regras de visitação.

Considerações finais

O Estado de Minas Gerais é mundialmente conhecido como celeiro de riquíssimas manifestações de arte rupestre. Neste trabalho procuramos mapear os sítios localizados no Campo das Vertentes, porção ainda pouco estudada do Estado. Com o forte crescimento da atividade turística na região pesquisada, cresce, na mesma medida, a preocupação com o patrimônio arqueológico local, ainda carente de estudos científicos e já sendo aproveitado como atrativo turístico. A própria visitação dos sítios arqueológicos, sem um suporte científico e uma preocupação patrimonial, é questionável. Mesmo os circuitos baseados nas antigas rotas indígenas, como o Circuito Estrada Real, negligenciam conexões históricas e pré-históricas existentes onde atuam.

Apesar do potencial inquestionável do patrimônio arqueológico para a atividade turística, uma elaboração coerente dos itinerários que o incluam demanda a realização urgente de pesquisas prévias em cada um dos sítios, baseadas em estudos arqueológicos, nas fontes antropológicas, históricas e geográficas. Só assim será possível criar a consciência de que estamos lidando com manifestações culturais de, no mínimo, dois mil a oito mil anos, período no qual os homens, em sua itinerância, viviam imersos num outro universo mental, numa outra organização social, estabelecendo outro tipo de relação com o mundo. Diferentemente dos nossos pouco mais de 500 anos pós-conquista, a arte rupestre é testemunho de um intervalo cultural que vigorou por seis mil anos! Logicamente, esse extenso período não foi uniforme, ao contrário, constituiu-se numa era de transformações culturais que possibilitou

ao homem conhecer mais profundamente o meio natural, deixando plasmado nas rochas e caminhos o seu legado. A atividade turística precisa levar em conta a grandiosidade desse processo.

Os grafismos rupestres são as “assinaturas” de grupos culturais em períodos diversos, e esse mapeamento é um esforço inicial no sentido de entender melhor essa herança, do contexto pré-colonial ao contemporâneo, e alertar para a necessidade de se preservar e dar a conhecer, de maneira coerente, esse patrimônio de valor inestimável.

Notas |

1. GAMBINI, Roberto. Alma na pedra. In: CALLIA, Marcos; OLIVEIRA, Marcos Fleury (Org.). *Terra Brasilis*: pré-história e arqueologia da psique. São Paulo: Paulus, 2006. p. 231-251.

2. CANDELA, 2005, *apud* FERREIRA, Luís; PINTO, Jorge. *Itinerários turísticos e imaginários nos países de língua portuguesa*. ISCTE – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo / CIIC – Centro de Investigação Interdisciplinar e de Intervenção Comunitária. Lisboa, 2008. (Mimeo.)

3. Chamar “pré-história” o período anterior à colonização contribui para manter o mito etnocêntrico, de origem europeia, fundado na noção de que as sociedades indígenas seriam atrasadas ou pouco evoluídas, aproximando, de forma perigosa, a história indígena de um pensamento evolucionista que marcou a segunda metade do século XIX, hoje em franca superação. Apesar do uso corrente, que consagrou a expressão, seria preferível usar, sempre que possível, em substituição, o termo “pré-colonial” para tratar do período anterior à conquista europeia, considerando que nossa história começa muito antes de 1500. Esse “Brasil antes de ser Brasil” é um espaço/tempo já marcado profundamente pela presença de uma rica diversidade de sociedades indígenas, portanto, já estamos em “terreno histórico”.

4. Para mais informações sobre o debate acerca do povoamento das Américas, consultar: FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002; MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia*: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008; PARFIT, Michel. O enigma dos primeiros americanos. *National Geográfic*, dez. 2000, p. 77-103. (Edição Especial: Primeiros Americanos); PROUS, André. As primeiras populações do estado de Minas Gerais. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114; ROOSEVELT, Anna. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 35-50.

5. MEGGERS, Betty J. *América Pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

6. MARTÍNEZ, Bernardo Garcia. Veredas y caminos en tiempos del automóvil. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Volume XIV, nº 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006, p. 66-69.

7. FOURNIER, Patrícia. Arqueología de los caminos prehispánicos y coloniales. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Volume XIV, nº 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006, p.26-32; DIAZ, Edith Ortiz.

Caminos y rutas de intercambio prehispánico. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Volume XIV, nº 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006, p. 37-42.

8. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento no Brasil*. Brasília: UnB, 1982; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de janeiro: José Olympio, 1957; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Brasiliense: São Paulo, 1990; MORAES, Antonio Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

9. GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; PESSIS, Anne-Marie. A transmissão do saber na arte rupestre, In: *Antes: História da Pré-história*. Rio de Janeiro: MinC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2004. p. 142-165; PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1992.

10. PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*: conhecer para proteger. Belo Horizonte: Edição do autor, 2003.

11. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

12. As pesquisas da Missão Arqueológica Francesa com a arte rupestre brasileira começaram em 1971 (em Minas Gerais) e tinham por objetivos a determinação estilística cronogeográfica, a caracterização dos temas e composições gráficas, e propostas de interpretação da arte rupestre, por meio das caracterizações próprias dos sítios e da iconografia e mitologia indígenas. LAMING-EMPERAIRE, 1974, *apud* RIBEIRO, Loredana. Repensando a tradição: a variabilidade estilística na arte rupestre do período intermediário de representações no alto-médio rio São Francisco. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, MAE/USP, n. 17, p. 127-147, 2007.

13. RIBEIRO. Repensando a tradição, p. 127-147.

14. GASPAR, Madu. *A Arte Rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003; PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.

15. GASPAR. *A arte rupestre no Brasil*.

16. Ver RIBEIRO. Repensando a tradição, p. 127-147; OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de (Org.). *Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007; JORGE, Marcos; PROUS, André; RIBEIRO, Loredana. *Brasil rupestre*: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros, 2007.

17. BAETA, Alenice Motta. Arte Rupestre do Centro Mineiro: A região Arqueológica de Lagoa Santa. *LPH – Revista de História*, v. 2, n. 1, 1991; PROUS, André; BAETA, Alenice e RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*: conhecer para proteger. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003; NEVES; PILÓ. *O Povo de Luzia*.

18. A.P. quer dizer “antes do presente”, uma forma padrão na arqueologia para definição de temporalidade.

19. Para mais informações sobre a antiguidade do homem em território mineiro e sobre “o povo de Luzia”, consultar: FUNARI; NOELLI. *Pré-história do Brasil*; NEVES, Walter Alves. A primeira descoberta da América. *Ciência Hoje*, n. 15, p. 38-48, 1992; NEVES; PILÓ. *O Povo de Luzia*; PROUS. *Arqueologia brasileira*; PROUS. As primeiras populações do estado de Minas Gerais, p. 101-114; PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*.

20. PROUS. *Arqueologia brasileira*; PROUS. As primeiras populações do estado de Minas Gerais, p. 101-114; PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*.

21. PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*.

22. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

23. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

24. PROUS; BAETA; RUBBIOLI. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos*.

25. PROUS. *Arqueologia brasileira*.

26. Ver: PEREIRA, Márcio Mota. *Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia, Minas Gerais*. Monografia – Universidade Federal de São João del-Rei, 2007. (Mimeo.); RESENDE, Maria Leônia Chaves de; TÓRRES, Moisés Romanazzi; MATOS, Vanuza Vieira. Arte rupestre em terras barrocas: um estudo de caso do sítio pré-histórico da Serra do Lenheiro. *Vertentes*, São João del-Rei, UFSJ, n. 27, jan./jun 2006, p. 7-15; VITRAL, José R. C. *Pinturas rupestres no Alto Rio Grande – Toca do Índio*. Monografia – Universidade Federal de São João del-Rei, 2008. (Mimeo.)

27. “Os itinerários culturais, como o projeto de cooperação México - Estados Unidos em torno do *Camino Real de Tierra Adentro*, constituem iniciativas para conservar e promover o patrimônio cultural representado por essas rotas, pelas quais fluíram bens e ideias durante vários séculos. A criação de rotas turístico-culturais parte do estudo dos assentamentos associados com os caminhos, suas características funcionais e arquitetônicas, sua história, reconstruída mediante fontes documentais e evidências arqueológicas, levando em conta também a recuperação do patrimônio intangível, que inclui as línguas, as expressões religiosas, as festas, a gastronomia, assim como a preocupação com sua conservação.” (Tradução livre de FOURNIER, Patrícia. Arqueología de los caminos prehispánicos y coloniales. *Arqueología Mexicana*. Editorial Raices S.A. de C.V./ Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. Volume XIV, nº 81, Rutas y Caminos en el México Prehispánico, 2006).

28. ABREU. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento no Brasil*; HOLANDA. *Caminhos e fronteiras*; HOLANDA. *Monções*; MORAES, Antonio Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000; VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 181-189, 2000.

29. BELTRÃO *et al.*, 1988, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

30. FEBVRE, 1922, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

31. BRAUDEL, 1978, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

32. BELTRÃO *et al.*, 1988, *apud* VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

33. VENÂNCIO. Caminho Novo, p. 181-189.

34. PROUS, André; JESUS, Soraia; MALTA, Ione. *As pinturas rupestres da Toca do Índio*. Disponível em: <http://www.npa.org.br/>. Acesso em: 15 de outubro de 2009.

35. A arte rupestre é um traço identitário do município, já que o termo “Letras”, impresso no próprio nome da cidade, refere-se à interpretação mítica dada aos grafismos rupestres locais como sendo inscrições que provariam a passagem de São Tomé por Minas Gerais. Ver RÔMEIRO, Adriana; RAMINELLI, Ronald. São Tomé nas Minas: a trajetória de um mito no século XVIII. *Varia Historia*, Departamento de História, Fafich/UFMG, Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.

36. Mais informações sobre o Projeto Itaguatiara podem ser encontradas em RESENDE, Marco A. Penido; D’ AURIA, Carla Alfonsina. *Projeto pedra são tomé: valoração regional por meio da revitalização da paisagem e da identidade cultural* (Relatório Parcial). São Thomé das Letras, 2009 (Mimeo.). Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos, aluno do 2º período de Geografia, e Atahualpa Yupanqui Lobo Chamorro, aluno do 8º período de História, da Universidade Federal de São João del-Rei, participam do referido projeto desde julho de 2008, identificando e registrando os sítios com arte rupestre no município de São Thomé das Letras.

37. O sítio arqueológico do Lenheiro, em São João del-Rei, situa-se em um terreno comprado pelo Exército em 1985, que hoje funciona como área de instrução de montanhismo do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha. Sob os cuidados da instituição, que restringiu o acesso à área e construiu um gradil em torno do sítio, os painéis estão relativamente preservados de maiores depredações.

38. RESENDE; TÓRRES; MATOS. Arte rupestre em terras barrocas, p. 7-15.

39. RESENDE; TÓRRES; MATOS. Arte rupestre em terras barrocas, p. 7-15.

40. SAADI, A. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. *GEONOMOS - Revista de Geociências*, v. 3, n. 1, p. 41-63, jul. 1995.

41. SAADI. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens.

42. AUGUSTIN, C. H. R. R. Tropical landscape evolution: weathering and erosion processes in Gouveia, Minas Gerais, Brazil. In: *Regional Conference on Geomorphology - The Brazilian Geomorphological Union (UGB). Abstracts*. Rio de Janeiro, 1994. p. 67; AUGUSTIN, C. H. R. R. *Geookologische Studien im Sudlichen Espinhaçogebirge Bei Gouveia, Minas Gerais, Brasilien unter Bersonderer Berücksichtigung der Landschaftsentwicklung*. J. W. Goethe Universität. F. R. G. Frankfurt. Doctoral Thesis, 1995, 147p; AUGUSTIN, C. H. R. R. Aspectos geomorfológicos da região de Gouveia, Espinhaço Meridional, MG. In: *Anais do VIII Simpósio de Geologia de Minas Gerais*, v. 1, 1995, p. 3-4.

43. Erosão diferencial consiste na diferença no grau de intemperismo das rochas. Desgaste desigual dos corpos rochosos devido a um forte contraste de resistência, seja ao intemperismo químico, seja ao desgaste mecânico. Devido a essa erosão os corpos menos resistentes são deprimidos e os mais resistentes são realçados na topografia.

44. Depressões são superfícies mais baixas em relação às áreas que a circundam.

45. PESSIS, Anne-Marie. A arte de ser humano. *Nossa História*, p. 36-40, ago. 2005.

Este artigo é resultado do projeto *Cartografia da Arte Rupestre na Estrada Real: Itinerários Culturais no Campo das Vertentes*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), sob coordenação da profa. Maria Leônia Chaves de Resende.

Maria Leônia Chaves de Resende é doutora em História Social pela Universidade de Campinas (Unicamp) e professora do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas (Decis) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Cristiano Lima Sales é mestrando em História na UFSJ.

Leonardo Cristian Rocha é doutorando em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor do Departamento de Geografia (Degeo) da UFSJ.

Bráulio Magalhães Fonseca é professor substituto do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociência (IGC/UFMG).